

## Detalhe de Oferta de Emprego

### Caracterização da Oferta

**Código da Oferta:** OE202104/0708

**Tipo Oferta:** Procedimento Concursal Comum

**Estado:** Activa

**Nível Orgânico:** Ministério da Saúde

**Orgão / Serviço:** Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.

**Vínculo:** CTFP por tempo indeterminado

**Regime:** Carreiras Especiais

**Carreira:** Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica

**Categoria:** Técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista

**Grau de Complexidade:** 0

**Remuneração:** 1ª pos. rem TSDT especialista, DL nº 25/2019, de 11 de fev.

**Suplemento Mensal:** 0.00 EUR

**Caracterização do Posto de Trabalho:** Ao posto de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 10º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto.

### Requisitos de Admissão

**Relação Jurídica:** CTFP por tempo indeterminado

**Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:**

- a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

**Habilitação Literária:** Licenciatura

**Descrição da Habilitação Literária:** Licenciatura em Análises Clínicas e de Saúde Pública

**Grupo Área Temática**

**Sub-área Temática**

**Área Temática**

Saúde

Meios de Diagnóstico

Análises Clínicas e de Saúde Pública

### Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Centro de Saúde Arganil	1	Rua Condessa das Canas, n.º 18		3300036 ARGANIL	Coimbra	Arganil

**Total Postos de Trabalho:** 1

### Nº de Vagas/ Alterações

### Formação Profissional

**Outros Requisitos:** Podem candidatar-se ao procedimento concursal aberto pelo presente aviso, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que, detenham, no mínimo, seis anos (contabilizados nos termos definidos no disposto no n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 25/2019, de 11 de fevereiro) de experiência efetiva de funções e com avaliação que consubstancie desempenho positivo, nos termos previstos no artigo 8º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto e reúnam, para além destes requisitos especiais, os requisitos gerais para constituição de relação jurídica de emprego na Administração Pública, previstos nos art.17.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para o exercício de funções na carreira, designadamente a posse de cédula profissional válida e que reúnam os requisitos de admissão enunciados no ponto 1 do presente aviso.

### Formalização das Candidaturas

---

**Envio de Candidaturas para:** Alameda Júlio Henriques s/n, 3001-553 Coimbra

**Contacto:** 239796800

**Data Publicitação:** 2021-04-28

**Data Limite:** 2021-05-19

### Texto Publicado

---

**Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social:** Aviso (extrato) nº 7799/2021, de 28 de abril.

**Texto Publicado em Jornal Oficial:** Procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal técnico superior de diagnóstico e terapêutica para a categoria de técnico superior de diagnóstico e terapêutica especialista, de análises clínicas e saúde pública. Nos termos da autorização proferida por Suas Excelências o Ministro de Estado e das Finanças e o Secretário de Estado Adjunto e da Saúde, no Despacho nº 9656/2020 de 7 de outubro de 2020, e deliberação do Conselho Diretivo de 17 de dezembro de 2020, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 15 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, o procedimento concursal comum destinado ao preenchimento de um posto de trabalho para a categoria da área de diagnóstico e terapêutica especialista, de análises clínicas e saúde pública, para os Serviços Centrais - SUB de Arganil, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P..

1. - Âmbito do recrutamento: O procedimento concursal é comum, de acesso geral, podendo candidatar-se ao procedimento concursal todos os profissionais com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído ou contrato de trabalho sem termo.
2. - Nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001 de 3 de fevereiro, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os candidatos devem declarar no requerimento de admissão, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.
3. - Política de igualdade: Nos termos do disposto no Despacho n.º 373/2000, publicado no Diário da República, n.º 77, 2.ª série, de 31 de março de 2000, faz-se constar a seguinte menção: "Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, evidenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer discriminação".
- 4 - Local de trabalho: Serviços Centrais, SUB de Arganil, sito na Rua Professor. José Lourenço Nogueira, 15, 3030-034 Arganil.
5. - Caracterização do posto de trabalho: ao posto de trabalho cuja ocupação aqui se pretende corresponde o conteúdo funcional estabelecido no artigo 10º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto.
6. - Posição remuneratória: A posição remuneratória de referência é a que corresponde à primeira posição da categoria de técnico superior de diagnóstico e terapêutica especialista prevista no anexo 1 ao Decreto-Lei n.º 25/2019, de 11 de fevereiro. Caso a posição e/ou nível remuneratório do trabalhador seja superior à posição de referência, será aquela a considerada, dentro dos limites e condicionamentos impostos pela Lei do Orçamento de Estado;
7. - Requisitos de admissão: Podem candidatar-se ao procedimento concursal aberto pelo presente aviso, os técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica que, detenham, no mínimo, seis anos (contabilizados nos termos definidos no disposto no n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 25/2019, de 11 de fevereiro) de experiência efetiva de funções e com avaliação que consubstancie desempenho positivo, nos termos previstos no

artigo 8º do Decreto-Lei n.º 111/2017, de 31 de agosto e reúnam, para além destes requisitos especiais, os requisitos gerais para constituição de relação jurídica de emprego na Administração Pública, previstos nos art.17.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovadas em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e para o exercício de funções na carreira, designadamente a posse de cédula profissional válida e que reúnam os requisitos de admissão enunciados no ponto 1 do presente aviso. 8. - Habilitações académicas: Licenciatura ou outra habilitação académica adequada ao exercício da profissão a que se candidata. 9. - Impedimentos de admissão: não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho previstos no mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde do Centro, IP., idêntico ao posto de trabalho para cuja ocupação se publicita o procedimento. 10. - Formalização de candidaturas: 10.1. - Prazo:15 dias úteis, contados a partir da publicação do presente aviso no Diário da República. 10.2. - Nos termos do artigo 20.º da Portaria 154/2020, de 23 de julho, a formalização da candidatura é realizada, preferencialmente em suporte eletrónico, podendo igualmente ser apresentada, em suporte papel, em ambos os casos, mediante formulário dirigido à Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Centro, I.P., disponível na página eletrónica da ARSC, I.P. 10.3. - A candidatura pode ser entregue, dentro do prazo fixado, em formato digital, através do endereço eletrónico drh@arscentro.min-saude.pt ou pode ser entregue pessoalmente no Serviço de Expediente da Administração Regional de Saúde do Centro, IP, sito na Alameda Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, das 9H00 às 12H30 horas e das 14H00 às 17H00 horas ou remetida pelo correio, em carta registada com aviso de receção, para: Administração Regional de Saúde do Centro, IP, Alameda Júlio Henriques, s/n, 3001-553 Coimbra, até ao termo do prazo fixado para entrega das candidaturas, contando para este efeito a data de registo. 10.4. - A candidatura deve ser acompanhada, obrigatoriamente, sob pena de exclusão, de requerimento onde devem constar os seguintes elementos: a) Identificação do procedimento concursal, com indicação da profissão, carreira, categoria e atividade caracterizadora do posto de trabalho a ocupar; b) Identificação do requerente (nome, data de nascimento, género, nacionalidade, número de identificação civil e endereço postal e eletrónico, caso exista); c) Identificação do posto e local a que se candidata, bem como a entidade que realiza o procedimento; d) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente, os previstos no art.17º, do anexo, à LGTFP e no art. 8.º do Decreto-Lei nº 111/2017, de 31 de agosto; e) Identificação do vínculo de emprego público detido, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da posição remuneratória que detém nessa data, da atividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções; f) Os relativos aos requisitos de habilitação profissional, incluindo, sendo o caso, as exigências particulares técnico-profissionais; g) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes na candidatura. 10.5. - A candidatura deverá ser acompanhada dos seguintes documentos: a) Documento comprovativo da posse da cédula profissional na área de exercício profissional a que respeita o concurso; b) Certificado de habilitação académica, ou outro documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, designadamente no caso de grau académico obtido em país estrangeiro; c) Declaração comprovativa da situação/vínculo profissional, onde conste obrigatoriamente a carreira/vínculo profissional, que integra, o respetivo posicionamento remuneratório e o tempo de serviço prestado na categoria detida; d) Declaração comprovativa das avaliações de desempenho no último sexénio; e) Um exemplar de curriculum vitae devidamente datado e assinado; f) Declaração, sob compromisso de honra e em alíneas separadas, da situação precisa em que se encontra relativamente a cada um dos requisitos previstos e exigidos no art. 17º do anexo à LGTFP. g) Menção de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura. h) Menção de que os documentos de instrução da candidatura se encontram arquivados no seu processo individual, se for o caso. 10.6. - Documento comprovativo do grau de incapacidade, caso tenha sido preenchido o respetivo campo do formulário. 10.7. - Quaisquer outros documentos que o candidato entenda dever apresentar por considerar relevantes para apreciação do seu mérito. 10.8. - A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos de admissão, bem como os indispensáveis para efetuar a avaliação do candidato, determina a exclusão do mesmo do procedimento concursal nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 21.º da Portaria atrás referida. 10.9. - As falsas declarações prestadas pelos candidatos são punidas por lei. 11. - Método de Seleção: 11.1. - Será aplicado como único método de seleção a prova pública de discussão curricular, de acordo com o definido no nº 3 do artigo 6º da Portaria 154/2020, de 23 de junho. 11.2. - De acordo com o artigo 10.º da

Portaria citada, é excluído do procedimento o candidato que tenha obtido uma valoração inferior a 9,5 no método de avaliação aplicado 12. - De acordo com o artigo 23º da mesma Portaria, os candidatos excluídos, serão notificados para a realização da audiência dos interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo. 13. - A morada e o endereço eletrónico a considerar para efeitos de notificação, são as constantes do formulário de candidatura. 14. - As atas do júri, nas quais constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos fatores que integram o método de seleção a utilizar, a grelha classificativa e os sistemas de valoração do método de seleção, serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas por escrito, no prazo de 3 dias úteis contados da receção do pedido. 15. - Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no n.º 1 e 2 artigo 28.º da Portaria n.º 154/2020 de 23 de julho. 16. - A lista unitária de candidatos admitidos e excluídos e a lista de ordenação final dos candidatos, após homologação, serão afixadas em local visível e público das instalações da Administração Regional de Saúde do Centro, IP e disponibilizadas na respetiva página eletrónica e notificados aos candidatos por mensagem de correio eletrónico, acompanhadas de cópia das mesmas, sendo a lista unitária de ordenação final dos candidatos publicada ainda no Diário da República, 2º série, nos termos do artigo 26.º e art. 29º da Portaria n.º 154/2020 de 23 de julho. 17. - Composição do júri: Manuel António Mouquinho Maurílio, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de análises clínicas e de saúde pública e Coordenador do Hospital do Espírito Santo de Évora, EPE, como presidente; Manuel de Almeida Dias, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de análises clínicas e de saúde pública do Instituto Português do Sangue e da Transplantação/Centro do Sangue e Transplantação do Porto, como 1.º vogal efetivo, que substitui o presidente nas suas faltas e impedimentos; Maria Clara Gago da Câmara Mirante, técnica superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de análises clínicas e de saúde pública do Centro Hospitalar Lisboa Ocidental, EPE, como 2.ª vogal efetiva; Ana Maria Martins Sequeira, técnica superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de análises clínicas e de saúde pública do Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE, como 1.ª vogal suplente; Amílcar Joaquim Alves, técnico superior das áreas de diagnóstico e terapêutica especialista de análises clínicas e de saúde pública, da Unidade Local de Saúde da Guarda, EPE, como 2.º vogal suplente. 18. - O procedimento concursal cessa com a ocupação dos postos de trabalho constantes da presente publicação. 12 de abril de 2021 - A Presidente do Conselho Diretivo da ARS Centro, I.P. - Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira

### Observações

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### Alteração de Júri

---

### Resultados

---

### Questionário de Termina da Oferta

---

### Admitidos

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**

**Recrutados**

**Masculinos:**

**Femininos:**

**Total:**

**Total Portadores Deficiência:**

**Total SME:**

**Total Com Auxílio da BEP:**